

RESOLUÇÕES

COMITÊ CENTRAL E

COMITÊ REGIONAL - PRC

abril - 1987

ARTICULAR A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA AO GOVERNO  
SARNEY E DESLEGITIMAR A<sup>NOV.</sup> CONSTITUIÇÃO

a - A característica marcante da atual conjuntura é o desgaste do governo Sarney. Nos últimos meses, acentuou-se sobremaneira o processo de corrosão da base de sustentação social do governo. O nível de descontentamento popular, motivado basicamente pelas repercussões da grave situação econômica, atinge níveis quase comparáveis àqueles experimentados ao final do governo Figueiredo.

b - Tal característica, por demais sensível, tende a se agravar ainda mais em função de vários motivos: primeiramente, é notória a dificuldade do governo em apresentar um plano capaz de reverter os efeitos recessivos da atual política econômica. Os desacordos entre a equipe econômica, o descrédito nas declarações do Ministro da Fazenda que não consegue sequer a confiança do PMDB, os insucessos até agora registrados na política de renegociação da dívida externa, entre outros elementos, atestam alguns sintomas da paralisia do Planalto no equacionamento da crise. Em segundo lugar, as expectativas de desempenho da economia para o ano de 87 não são nada animadoras. Mesmo entre os economistas ligados à transição e a par da diversidade de opiniões, há quem fale em crescimento zero e inflação de 400 por cento. Este quadro, que pode desembocar em uma recessão, deverá agravar a situação dos trabalhadores e aprofundar a intolerância do povo para com Sarney e seu governo. Em terceiro lugar, mesmo entre a base de apoio e sustentação parlamentar do governo, percebe-se já um movimento inicial que visa a redução do mandato presidencial. Esta questão torna-se ainda mais complexa na medida em que, em seu redor, se articula uma disputa política considerável entre vários "presidenciáveis", especialmente no PMDB e PFL, o que, evidentemente, não exclui um acordo intra-burguês em torno da duração do mandato presidencial.

c - Esta situação, referenciada sinteticamente, conforma uma crise política aguda. Fenômeno que adquire os contornos de uma crise de legitimidade uma vez que a investidura do governo Sarney não se deu com o respaldo das urnas, exigência reforçada naturalmente pela ideologia liberal, presente na consciência das massas, - inclusive pela campanha de 84- e ausente no mandato daquele a quem foi confiada a missão de ser o condutor incontestado da transição conservadora.

d - Esta crise política abre um espaço, inédito neste regime, para o avanço das forças situadas à esquerda da transição, mas se verifica em um quadro nacional marcado pela ausência de uma alternativa política de conteúdo operário e popular. Um quadro onde a insatisfação do povo e a radicalidade das mobilizações de massa não se fazem acompanhar pelo necessário amadurecimento político e ideológico, nem fizeram reverter a dispersão e o caráter corporativo das lutas populares e movimentos grevistas.

e - Constata-se, assim, no país, a tendência à criação de um vácuo político. É precisamente por se aperceber disso que os setores situados à direita da transição burguesa procuram, por dentro e por fora do governo, se credenciar como alternativa política. Neste movimento, mesmo as figuras mais execráveis da finada ditadura parecem ressurgir das trevas para as luzes da ribalta; no campo, a UDR desenvolve um trabalho político ofensivo procurando atrair para a sua plataforma mesmo os pequenos e médios produtores radicalizados pela ausência de uma política agrícola; como se não bastasse, as Forças Armadas, a mando do governo Sarney, assumem uma postura muito clara de intimidação, intervindo ostensivamente em movimentos grevistas, ocupando postos e refinarias, patrulhando rodovias e patrocinando a repressão diretamente; ao mesmo tempo, espalha-se a boataria de um novo golpe militar; o coronel Ustra lança um livro

em defesa do seu passado de torturador com o beneplácito do Alto Comando das Forças Armadas; Sarney promove ao generalato o Sr. Newton Cerqueira, figura de proa da repressão na época da ditadura etc..etc..

f - Diante da crise política, Sarney procura reforçar o apoio e a confiança que sempre mereceu dos militares. Desta articulação explícita é que surgem as especulações e os fatos políticos destinados a reerguer o velho fantasma do "retrocesso político-institucional", uma mensagem cujo conteúdo mais evidente é a tentativa de recoesionar o apoio político ao próprio presidente Sarney e lhe garantir um mandato de 6 ou, pelo menos, 5 anos.

g - Ao mesmo tempo, os dois principais partidos burgueses, PMDB e PFL, travam uma disputa ainda não revolvida pela hegemonia da transição. Esta disputa maior esteve presente nas últimas eleições do dia 15, na votação do regimento interno da Constituinte, na polêmica sobre os cargos de sua mesa diretora e, mais recentemente, nas articulações em torno da reforma ministerial. O PMDB é o partido majoritário a nível nacional. Entretanto, esta situação não lhe assegurou ainda a hegemonia da transição. Internamente, parecem existir inflexões distintas neste partido em face dos métodos e condutas necessárias à disputa pela hegemonia. O fortalecimento da "Aliança Democrática" ou o seu sepultamento definitivo balizam politicamente o debate responsável pelas diferenças entre um Ulisses e um Covas. Entretanto, é necessário estar atento a uma importante inflexão perceptível no discurso de algumas lideranças peemedebistas: acossados pela crise nacional, tendo de responder pela gerência de 22 estados em grande maioria insolventes, tais lideranças passam a afirmar que "não são governo", que seu partido estaria impossibilitado de aplicar o seu programa em função dos compromissos e concessões inerentes à transição. Assim, a exemplo do parricida que se queixa da orfandade, o PMDB vai construindo uma posição que é mais significativa do que as desculpas de ocasião. Não casualmente, peemedebistas destacados já admitem a hipótese de eleições diretas logo após a promulgação da nova Constituição.

h - Entre as forças situadas à esquerda da transição, o Partido dos Trabalhadores é chamado a cumprir uma papel fundamental. Recentemente, incorporando uma contribuição importante da esquerda revolucionária, o PT aprovou em seu Diretório Nacional duas resoluções políticas de maior significação. A primeira delas lança a consigna: "Contra Sarney e a dívida, diretas para presidente" e propõe a formação de um "Movimento Nacional de Defesa dos Interesses do Povo" centrado em uma plataforma combativa capaz de oferecer uma referência política ao movimento de massas. A segunda, lança para a luta política um projeto global de Constituição que adquire um sentido avançado não apenas do ponto de vista político, mas também do ponto de vista ideológico, propondo medidas radicais para o ordenamento econômico e social e assumindo reivindicações progressistas no plano das questões morais e de costumes, com destaque para a proposta de legalização do aborto.

Com base nesta avaliação, o CC orienta o partido para as seguintes tarefas:

1 - O Partido deve mobilizar toda a sua energia militante para o desencadeamento de uma ofensiva contra o governo Sarney e a transição conservadora, através da mobilização de massas e de uma ampla agitação e denúncia de suas medidas repressivas, bem como de todas as forças políticas que lhe dão sustentação: PMDB, PFL, as Forças Armadas e todos os partidos e setores que apoiam a transição e o governo.

2 - Com forma de materializar esta iniciativa, cabe ao Partido defender a criação de um Movimento Nacional de Defesa dos Interesses do Povo organizado em torno de uma plataforma de exigências e reivindicações. Para isso, devemos reforçar a campanha de mobilização aprovada pelo Diretório Nacional do PT expressa na consigna: "Contra Sarney e a dívida: di

retas para Presidente", estendendo esta proposta às várias instâncias da CUT e demais entidades populares visando lhe conferir um caráter amplo e de massas.

3 - É preciso articular neste movimento uma oposição de esquerda ao governo, atraindo o PSB, o PCdoB, o PDT e chamando à participação as bases mais avançadas do PCB e do PMDB. Esta tarefa é decisiva para que se possa combater de forma incisiva os setores que se opõem ao governo Sarney pela direita.

4 - O CC destaca a centralidade anti-governo que deve caracterizar este movimento, conferindo-lhe a dimensão de uma iniciativa política com estatuto próprio, e não uma simples decorrência da politização das lutas econômicas. É preciso, por exemplo, vir junto ao movimento sindical e nas greves e movimentos reivindicatórios de caráter econômico afirmando a visão de que o problema central, a ser equacionado na presente conjuntura, não é dado pela simples resistência à exploração econômica, ao arrocho salarial etc..., mas sim que o problema central é de natureza política e se coloca na luta contra o governo Sarney. A própria burguesia já percebe claramente que o enfrentamento da crise exige uma solução política. Portanto, é necessário que o movimento operário e popular dispute em torno da natureza desta solução.

5 - Neste sentido, é preciso ressaltar que o Movimento Nacional de Defesa dos Interesses do Povo deve incidir politicamente em pressão sobre os trabalhos constitucionais, propondo a mobilização das classes populares para a conquista de reivindicações do seu interesse. Isto, naturalmente, inclui a participação em campanhas de coletas de assinaturas - em torno de um rol de questões constitucionais mais mobilizadoras - como forma elementar de pressão sobre a Constituinte. Mesmo tendo a consciência do caráter limitado de qualquer conquista no quadro de uma Constituição que será inevitavelmente conservadora, tal movimento é decisivo para que seja possível a deslegitimação da nova Carta e o desmascaramento das alternativas burguesas oferecidas pelo PMDB, PFL etc... Com relação às plenárias populares já organizadas em torno da Constituinte, é preciso adotar duas atitudes políticas: em primeiro lugar, tentar imprimir este caráter antigoverno às plenárias já existentes; e mesmo onde isto não for possível, buscar atrair as plenárias especificamente ligadas ao processo constituinte para as iniciativas políticas de massa a serem tomadas pelo Movimento Nacional de Defesa dos Interesses do Povo.

6 - A plataforma terá como centro articulador a questão das diretas para presidente envolvendo ainda outros pontos que constituem uma totalidade, evitando-se o erro de se cair no exclusivismo das diretas como propõe o PDT. É precisamente a presença desta plataforma que pode conferir um caráter popular ao Movimento aglutinando sindicatos, associações e outras entidades populares. Nesse sentido, os militantes do PRC tomarão como base a seguinte plataforma:

- Eleições diretas para presidente da República;
- Não pagamento da dívida externa;
- Reforma Agrária radical e imediata sob o controle dos trabalhadores;
- Congelamento dos aluguéis, prestações da casa própria, tarifas do transporte coletivo, taxas, gêneros e serviços de primeira necessidade;
- Elevação do salário mínimo de acordo com os cálculos do DIEESE e reajuste mensal dos salários acima da inflação; 40 horas semanais sem redução salarial;
- Estatização dos bancos e tabelamento dos juros;
- Plena liberdade política e sindical e direito pleno de greve.

7 - Como forma de organização, deverão ser criados os Comitês de Defesa dos Interesses do Povo, integrados por todas as forças e entidades que participem do Movimento. No interior destes comitês, os militantes do PRC deverão contribuir para a elaboração de uma plataforma avançada intervindo com o espírito de realizar concessões que assegurem a unidade que se pretende alcançar. Sem estes comitês, o movimento não adquirirá organicidade nem se desenvolverá. Tendo presente esta importância, o Partido deverá, em cada região, tomar a iniciativa de contatar as demais forças.

8 - O CC chama a atenção dos seus militantes para a importância da efetivação de um trabalho político em cada região com o Projeto de Constituição aprovado na última reunião do Diretório Nacional do PT. É importante realizar debates no PT e fora dele em torno deste projeto como forma de politizar os ativistas do movimento operário e popular. Ao mesmo tempo, é preciso garantir a maior divulgação possível deste projeto a nível popular, fazendo deste movimento também um veículo de denúncia das propostas defendidas pelos Partidos burgueses. Através deste instrumento, torna-se mais fácil demonstrar a existência de visões globais distintas na sociedade. É possível abordar a utilização deste projeto do PT a partir dos nossos valores ideológicos e das nossas propostas de exigências populares para a constituição. Em todo este processo é importante ressaltar o papel político da denúncia do conteúdo conservador e burguês da Constituinte.

9 - Por último, tendo presente a ofensiva das forças da extrema direita, mesmo avaliando a possibilidade de um golpe de Estado como remota, pelo menos na atual conjuntura, o CC alerta o coletivo de seus militantes para a necessidade de travar um combate específico às forças de ultra-direita. Não está absolutamente descartada a possibilidade de provocações e medidas ainda mais claras de intimidação. É preciso, pois, combater a ultra-direita sem cair no jogo do próprio governo, que visa propor a seguinte equação: apoiar o péssimo para evitar o pior. Pelo contrário, sem oferecer nenhuma trégua política, o Partido deve travar esta disputa como mais um momento do combate ao próprio governo.

Abril de 1987,

O CC do Partido Revolucionário Comunista

#### RESOLUÇÃO SOBRE O PT

A trajetória política do PRC está marcada por equívocos e imprecisões táticas muito graves no que diz respeito às nossas relações com o Partido dos Trabalhadores. Desde antes do Iº Congresso, temos construído um conjunto de elaborações contraditórias e desencontradas sobre esta questão. Após o IIº Congresso, iniciamos um movimento teórico e político no qual passamos a considerar com mais propriedade o fenômeno PT e sua importância para a luta política no Brasil. Mesmo assim, voltamos a cometer erros sérios, abrindo a possibilidade, inclusive, para que os setores hegemônicos no PT desencadeassem uma ofensiva sobre o PRC explorando as limitações de nossa elaboração.

A problemática colocada pelo PT ao conjunto da esquerda no Brasil certamente não está equacionada. A especificidade deste Partido de massas, sua origem e características próprias oferecem ainda enormes desafios à compreensão dos revolucionários comunistas. Só será possível enfrentar com radicalidade a discussão sobre o papel do PT no quadro de um debate sobre a estratégia da Revolução no Brasil. Por esta razão, o processo do IIIº Congresso do PRC é o leito natural por onde devem fluir as posições dos militantes acerca deste problema candente.

Todavia, tendo presente as exigências da luta política na atual conjuntura, considerando a disparidade de visões e condutas existentes dentro do Partido sobre nossas relações com o PT e levando em conta a necessidade de assumirmos uma postura correta para com o PT, o Comitê Central adota a seguinte resolução:

Lutar para que o PT assuma posições socialistas e Revolucionárias.

- 1 - O Partido dos Trabalhadores é uma organização política de massas que se estrutura em moldes partidários e possui uma dinâmica propriamente partidária, em que pese conter uma forte componente frentista. O PT não é uma frente de organizações de esquerda nem uma organização frentista qualquer, mas um partido. Embora atue na legalidade institucional, não pode ser entendido apenas enquanto um partido institucional uma vez que possui presença marcante no movimento de massas, influencia posições no movimento sindical, estudantil, etc.
- 2 - A componente frentista do PT, existente desde a sua fundação, é uma das suas características positivas que deve ser mantida e desenvolvida. Ela é a responsável pelo fato de o PT possuir uma determinada diversidade política e ideológica, qualidade que contribuiu para que se transformasse em uma referência política para milhões de trabalhadores.
- 3 - Independentemente da atual correlação de forças no PT e mesmo tendo conta as limitações políticas, os erros e vacilações presentes em toda a sua trajetória, trata-se de um fenômeno altamente positivo para o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Graças a sua existência, a esquerda revolucionária não foi soterrada pela transição burguesa. Graças a sua existência, o movimento operário e popular pôde encontrar uma referência política combativa que potencializou em muito a luta de sentido anti-capitalista no Brasil.
- 4 - O CC compreende que a tarefa de construção de um partido de massas amplo e combativo não é contraditória com a tarefa de construção de uma organização clandestina estruturada em moldes leninistas. Mais do que isso, o CC salienta que tal questão merece a atenção do Partido no processo do Congresso, vinculando-se ao sistema organizativo e à política de alianças da Revolução Brasileira.
- 5 - Tendo presente esta concepção, os militantes do PRC que também militem no PT devem lutar para que ele tenha um posicionamento anti-capitalista, assuma idéias socialistas e desenvolva uma prática política de sentido revolucionário.
- 6 - Os militantes do PRC filiados ao PT devem participar ativamente das suas definições. Compete-lhes defender posições avançadas, aglutinar forças à esquerda, influir nos núcleos e diretórios - inclusive alcançando nestes, legitimamente, uma condição dirigente - e procurar obter, em cada disputa concreta, a correlação de forças mais favorável possível, sempre lutando pela unidade do PT em torno de propostas combativas.
- 7 - Lutar para que o PT adote idéias socialistas e posições de sentido revolucionário não significa pretender que ele assuma o nosso programa mínimo nem que se declare "revolucionário". Significa, isto sim, lutar para que consolide sua postura de oposição radical às alternativas burguesas, para que defina uma posição avançada em relação ao socialismo e para que sua ação política desperte para a luta revolucionária milhões de trabalhadores nas cidades e no campo.

8 - Estas tarefas encontram neste momento uma situação favorável. A hegemonia política do PT sustentada até então pela articulação dos 113 encontra-se em crise. Parece cada vez mais clara a falta de solidez desta posição e alguns de seus integrantes históricos já assumem publicamente a sua extinção enquanto articulação política organizada internamente. Por conta desta situação, a esquerda e particularmente as nossas posições, tem obtido vitórias expressivas nas definições nacionais do PT.

9 - Importa neste momento eliminar dentro do PRC as manifestações conhecidas de sectarismo sustentadas no preconceito e na despolitização. Com este cuidado e com uma política madura e responsável, será possível ao Partido contribuir para o avanço do PT, ampliando com isso nossa própria influência.

10 - Os militantes do PRC ao atuarem no PT devem, presentemente, priorizar a implementação das deliberações do Diretório Nacional consubstanciadas no Movimento Nacional De Defesa Dos Interesses do Povo e na proposta de Constituição do PT, contribuindo para a politização de amplos contingentes de petistas e para o direcionamento correto dessa ação. Neste processo, deverá se buscar constituir - de acordo com cada particularidade local - um campo político à esquerda, não formalizado e sem fronteiras rigidamente definidas.

11 - Quanto ao debate sobre a "questão das tendências", além de enfocada pela política e subordinada à ação política, deve ser balizado pela seguinte orientação: a) o PT é um partido de massas com uma componente frentista e não um partido ideologicamente homogêneo ou uma frente de organizações; b) essa componente frentista é positiva e necessária para assegurar o caráter de massas amplo do PT; c) será de maior importância que o PT se situe no campo da revolução com base numa posição de luta e num programa político antiburguês, antigoverno e antitransição mediado e compatível com seu caráter amplo; d) se não é próprio ao PT assumir uma definição precisa sobre o socialismo, no debate será pertinente e necessário que defendamos a concepção revolucionário-marxista do socialismo, sem concessões doutrinárias; e) enquanto Partido de massas, o PT deve se constituir como Partido de filiados e com uma relação pouco regulamentada entre os seus integrantes e o todo partidário; f) o fato de militantes do PRC participarem do PT não significa que o PRC seja uma corrente ou tendência do PT, deixando de caracterizar-se como um partido próprio, já que a participação desses militantes se dá a título individual; g) nessa condição, os militantes do PRC no PT promovem articulações legítimas com outros petistas, com base em critérios políticos pertinentes com a dinâmica específica daquele Partido; h) a contradição entre o centralismo democrático do PRC e a centralização própria do PT não é insuperável e se revolve através da mediação da política; i) a todo esse conteúdo deve corresponder, nos textos e nas intervenções, uma forma que privilegie a argumentação e exclua o linguajar arrogante de dono da verdade e o sectarismo.

Abril de 1987,  
O CC do Partido Revolucionário Comunista

#### O PARTIDO SE TRANSFORMA TRANSFORMANDO O MUNDO

A convocatória do III Congresso colocou grandes desafios para o Partido. Não bastassem a intervenção política cotidiana e a necessária atividade organizativa, trata-se de pensar os problemas fundamentais da Revolução Brasileira, incluindo a linha de construção do partido de vanguarda do proletariado no Brasil, e tomar decisões a respeito desse tema. A presente resolução, dirigida a todos os militantes e

organismos, é um informe sobre a situação nacional do Partido e visa mobiliza-lo para enfrentar, rápida e energicamente os nossos principais problemas no plano de organização.

" São tão fortes as coisas!...

Qual é o partido concreto sobre o qual pesam tarefas de tamanha envergadura? Uma organização ainda muito pequena se comparada com o poderio do inimigo de classe. Que pratica um recrutamento defensivo, incapaz de atingir o grande número de ativistas revolucionários do movimento operário e popular, em particular aqueles mais destacados e influentes, e que por isso mesmo encontra-se em crescimento vegetativo, sobretudo se medirmos o número de ingressos pelo padrão crítico de nossas necessidades e ambições revolucionárias. Em que pouco mais da metade das estruturas regionais possuem comitês dirigentes organizados, várias carecendo de real vida partidária. Em que só alguns CRs foram capazes de constituir núcleos estáveis compostos de quadros experimentados e competentes. Em que muitas células vivem um estado de dispersão política e orgânica, campo fértil para a falta de perspectiva e a crise de militância. Que vem sentindo dificuldades financeiras para tomar iniciativas inadiáveis, sendo obrigada até mesmo a recuar de alguns projetos importantes. Uma organização pouco inserida no movimento de massas, sobretudo nas grandes fábricas.

Uma direção responsável não pode deixar de informar aos militantes a situação real do Partido. Se desautoriza assim o elogio fácil do triunfalismo, tanto melhor. Estamos dando um passo em frente. Porém, apenas o primeiro passo, pequeníssimo. Os conhecimentos empíricos podem significar algo além da ignorância absoluta. Mas são ainda impotentes. Só a essência pode fundamentar a verdade " sempre revolucionária", imprescindível a um partido comunista.

A verdade sobre nós mesmos supõe uma avaliação autocrítica. O Partido vem carecendo de uma linha geral para a Revolução Brasileira. Não possuímos uma concepção de partido que articule o núcleo ideológico do leninismo com os avanços teóricos exigidos pela luta de classes nas condições do capitalismo monopolista dependente no Brasil. Falta-nos também um projeto claro e sólido de construção partidária. Ressentimo-nos ainda de uma tática correta, o que imprime à nossa intervenção política um movimento pendular. O CC., com o enfraquecimento de sua autoridade e o emperramento dos condutos de assistência, não vem centralizando o Partido na dimensão necessária. O liberalismo gr ssa no coletivo, so lapando as atividades organizativas e condenando nossa intervenção a uma praxis fragmentada e dispersiva.

... Mas eu não sou as coisas e me revolto."

Ao expor, de maneira nua e crua, com toda a franqueza, a situação do Partido, o CC objetiva, não encostar o coletivo no muro onde se lamentam os desesperançados da revolução frustrada, mas reforçar o papel dos organismos partidários e de cada militante na trincheira da luta de classes. Eis porque o faz sem meias palavras, serenamente, afirmando a responsabilidade e atividade do Partido enquanto condição primeira de sua própria construção. Não se trata, aqui, de uma proclamação abstrata, mas da mobilização concreta de todas as nossas energias tendo em vista realizar um plano que articule adequadamente o III Congresso, carro-chefe da atividade partidária no atual momento, com a necessária ação política e a superação imediata de nossas deficiências especificamente organizativas.

O salto qualitativo que se impõe ao Partido, colocando-o à altura das exigências de nosso tempo, depende da solução das questões fundamentais componentes do temário do III Congresso. Mais ainda, a própria realização do fórum máximo do Partido, como prioridade nacional, exige uma concentração de esforços. Em torno do Congresso, portanto, deverão se articular todas as esferas da ação partidária.

Mas um partido comunista, em tudo e por tudo avesso ao diletantismo, transforma-se transformando o mundo, só existe na ação revolucionária. Constrói-se na ação política. Seu Congresso não é, assim, um ato introspectivo, um voltar-se tímido para si mesmo. Ao contrário, é um abrir-se mais decidido para a universalidade. Longe de justificar qualquer afastamento da ação política, por mais leve ou sutil que se apresente, exige que esta ação se processe da maneira mais consciente, mais crítica, mais concentrada. Mesmo porque a conjuntura política atual não deixa espaço algum para o alheamento, sob pena de nos colocarmos à margem da luta de classes e nos condenarmos à impotência.

O sujeito incontestável desta transformação, o autor deste empreendimento, é o Partido. E ser sujeito, ser autor, significa ter unidade de ação. Superar a dispersão. Tornar o CC o real centro político-ideológico e organizativo do Partido. E reforçar cada comitê local na sua condição dirigente em sua área.

#### Camaradas

Reconhecendo a principal responsabilidade pela dispersão em que se encontra o Partido, o CC assume a tarefa de travar uma luta decidida para superá-la. Ou o Partido acaba com o liberalismo ou o liberalismo acaba com o Partido. Mas a vitória nessa batalha ideológica depende do coletivo, razão pela qual todos os organismos, quadros e militantes são chamados a nela se engajarem. A exercerem uma vigilância permanente sobre o funcionamento dos organismos partidários e na exigência da militância individual.

Ao não ter travado uma luta político-ideológica firme visando conquistar todo o Partido para a aplicação de suas resoluções, ao ter controlado frouxamente, junto a seus próprios membros, aos CRs e às Comissões de Organização o cumprimento das tarefas, e obrigações partidárias, ao ter sido condescendente com a indisciplina, o CC adotou um estilo burocrático e liberal de direção, reflexo da situação geral do Partido. Cabe ao próprio CC iniciar o rompimento com este estilo. Neste sentido, cuidou de que nenhum CR ou Comissão de Organização fique sem assistência regular. Assistência responsável por levar a discussão de suas resoluções a estes organismos, cobrar-lhes sua discussão em todo o Partido e acompanhar e controlar sua aplicação. O CC passará a ser rigoroso na cobrança das tarefas e obrigações partidárias, inclusive com aplicação de sanções estatutárias quando necessário.

Ao substituir a assistência política e a articulação de nossa intervenção nos eventos de massa a nível nacional, permitiu que se aprofundasse a fragmentação da atividade partidária, deixando o Partido impossibilitado de capitalizar todo o potencial existente e mesmo as repercussões positivas de nossa conduta radicalmente oposicionista ao governo Sarney e à transição burguesa-conservadora. Iniciando uma rápida mudança nessa situação, o CC determinou preparação prévia, assistência direta e articulação de nossa intervenção nos principais acontecimentos nacionais da luta de classes.

Ao ter sido liberal nas questões financeiras, o CC permitiu que o Partido chegasse a uma crise que ameaça hoje levá-lo à paralisia. Dando i

nício a uma renovação, o CC já tomou em sua última reunião e consolidada agora uma série de medidas visando operacionalizar sua arrecadação própria, regularizar as contribuições das direções regionais e estabelecer um melhor controle tanto sobre a arrecadação como sobre as despesas nacionais. Poderá, com isto, construir, e já está começando a fazê-lo, uma infra-estrutura própria digna de um partido. Infra-estrutura indispensável ao enfrentamento com sucesso das tarefas de direção partidária e realização do Congresso.

Abandonando ao arbítrio de cada militante a tarefa do estudo teórico e deixando de lado sua tarefa de travar a luta teórica e ideológica dentro e fora das fileiras partidárias, o CC contribuiu para a aguda escassez de quadros que sofremos e para o empirismo que marca a atuação do Partido, quadros e militantes. Os debates e discussões preparatórios do Congresso comporão uma importante base para superar estas deficiências. Mas não as superarão por si sós. O CC se compromete a construir, com as novas condições materiais que estão sendo criadas, um aparelho partidário de imprensa e formação de quadros.

Com a convocação do III Congresso, e a autocrítica que a embasou, o Partido deu início a um salto na sua prática revolucionária. Salto cujo momento determinante será a realização de nosso órgão máximo. Com as medidas agora tomadas, o CC visa consolidar as condições de êxito neste empreendimento, com a confiança de que será seguido com entusiasmo por todo o coletivo partidário. De que em cada organismo e militante se dará também um salto na militância revolucionária. Instituindo um estilo verdadeiramente comunista de militância, crítica e consciente, vigilante e responsável.

Abril de 1987,

O CC do Partido Revolucionário Comunista.

#### FINANÇAS: UMA TAREFA DIÁRIA

O CC tratou do problema financeiro do Partido em sua reunião de janeiro. A construção material do Partido sempre foi entendida como mais uma tarefa a ser cumprida pelo coletivo e sem o necessário rigor e regularidade. A consequência é o completo descaso com um dos aspectos vitais para a sobrevivência do Partido, que está nos conduzindo a uma paralisia que poderá se tornar irreversível.

A permanecer o agravamento linear da situação financeira, dentro em breve estaremos impossibilitados de manter quadros profissionais, de assistir e enviar materiais para as regiões e até de realizar as reuniões do Comitê Central. Não foi outro o motivo, senão o descaso com as finanças, que levou ao fechamento do jornal nacional, que deixou quadros sem créditos na praça, profissionais sem receber os salários e vários militantes endividados em bancos.

Com as enormes tarefas diante da conjuntura e da realização do IIIº Congresso, as despesas partidárias tendem a aumentar. Em contrapartida, as receitas fixas que deveriam vir regularmente dos Comitês Regionais e das Comissões de Organização estão atrasadas. No atual momento, apenas uma região está em dia com o CC, as outras estão com atrasos que variam de 1 até 20 meses, fatos que significam dívidas que variam de Cz\$1.000,00 a Cz\$ 100.000,00.

Torna-se impossível formular uma linha de construção da Revolução Brasileira e de construção partidária sem encarar de frente o problema das finanças. Torna-se inviável dirigir um partido em um país com dimensões continentais sem uma infra-estrutura mínima e sem dinheiro em caixa.

Objetivando sanear a situação financeira e firmar uma nova concepção sobre o problema, o CC deu início a um processo de centralização do coletivo, tendo claro que a concretização de sua política só terá resultado com o enfrentamento da questão em dois níveis: do ponto de vista ideológico, combatendo o tratamento e as concepções liberais, e do ponto de vista prático, viabilizando um sistema profissional e uma rígida cobrança junto aos CRs.

Todavia, apesar da última resolução do CC sobre finanças já apontar este novo caminho, e da cobrança efetivada pelos assistentes, a reação do coletivo partidário está muito aquém do esperado e também do necessário. Persiste um tratamento frouxo e uma postura localista. Romper com o descaso e com o federalismo é medida imperativa para dar uma virada e enfrentar coletivamente o colapso financeiro do Partido. Nenhuma tarefa regional é mais importante que a construção material do centro dirigente nacional, pois sem isto não há Partido mas um conjunto de grupos dispersos e desarticulados.

E, para o Partido, nenhum plano terá eficácia se não for acompanhado de nossa principal arma na luta contra a burguesia e seus aparatos, que é a militância revolucionária. O CC chama, pois, o coletivo partidário a tomar nas mãos esta tarefa, superando a contradição aparente entre a militância política e o trabalho de finanças, dando uma nova dimensão à questão financeira, vinculando-a à militância e às preocupações diárias, estabelecendo a relação da construção material do Partido com a sua construção política, ideológica e teórica. Sem isso, todo esforço poderá ser em vão.

Abril de 1987.

O CC do Partido Revolucionário Comunista.

Resolução de Conjuntura (interna)

O CR, tendo em vista a resolução política do Comitê Central - Articular a Oposição de Esquerda ao Governo Sarney e Deslegitimar a Nova Constituição - orienta o P. no estado no seguinte sentido:

COMITÊS DE DEFESA DOS INTERESSES DO POVO

1. Fica estabelecido o prazo máximo de 30 dias, a contar da data de recebimento desta, para que os CMs, CIs e CZs implementem em suas jurisdições os "Comitês de Defesa dos Interesses do Povo"

2. Nas cidades onde existem plenárias organizadas em torno dos trabalhos constituintes, o P. deve buscar inflexionar tais organismos no sentido da resolução do CC. Onde tal inflexão não for possível, deve ser implementada a criação do comitê com este caráter, a partir de articulações com o PT, CUT, entidades sindicais, associações profissionais, entidades estudantis e outros partidos (PSB, PCdoB? PDT e bases do PMDB e PCB)

3. O CR chama a atenção para a necessidade da articulação de um trabalho em torno do projeto de constituição do PT, através da realização de debates no interior do próprio PT, entidades do movimento sindical, estudantil e popular. O P. deve providenciar na imediata divulgação deste projeto pela imprensa e por meios próprios, fazendo dele um importante instrumento de politização de ativistas e mesmo de militantes.

## SOBRE A NOSSA INTERVENÇÃO NO PT (interna)

Camaradas

O CR do PRC discutiu detidamente a recente resolução do CC sobre o trabalho no PT - "Lutar para que o PT assumas posições socialistas e revolucionárias" - de abril de 87, e frente à sua importância política resolve por baixar o presente documento ao coletivo com o objetivo de destacar o significado das novas posições bem como iniciar um balanço autocrítico sobre a nossa trajetória em relação ao PT.

### I. Sobre o Doutrinarismo e o Sectarismo

O P. na região possui uma longa trajetória de elaboração teórica e política sobre as nossas relações com o PT. Essencialmente, tal elaboração esteve sempre orientada por uma concepção de viés doutrinário que autorizou o desenvolvimento de uma conduta política extremamente sectária.

Já há algum tempo, o P. vem realizando um movimento no sentido de superar esta tradição. Todavia nas bases do P. e mesmo na sua direção, ainda é visível a expressão de opiniões e a reprodução de conceitos marcadamente vinculados à trajetória de elaboração teórica e política já referida.

A recente resolução do CC, que redefine a nossa política para o PT está destinada a iniciar, sem pompas, o enterro do doutrinarismo e do sectarismo dentro do partido. Entretanto, para que este processo ocorra, será preciso ainda, efetivar um acerto de contas - teórico e político - com um conjunto de concepções equivocadas que tantos problemas trouxeram ao P. O período que antecede a realização da Conferência regional deverá oferecer as condições propícias para este debate. Apenas a radicalidade deste balanço poderá assegurar o amadurecimento político do qual o PRC ainda se resente. Visando contribuir neste processo de discussão, o CR destaca os seguintes pontos:

#### A. Renegar o utilitarismo nas relações com o PT

Devemos nos empenhar nas tarefas práticas de construção do PT, não porque o fortalecimento deste partido de massas nos interessa taticamente, mas porque seu fortalecimento a partir de uma posição de

esquerda é fundamental para o próprio avanço do movimento operário e popular e, por decorrência, para o próprio crescimento da influência do PRC. As posições sustentadas pelos militantes do PRC no PT devem sempre considerar o que é melhor para o movimento e para a afirmação de um PT combativo, com idéias revolucionárias e socialistas.

B. Perceber a complexidade da estratégia da revolução - é preciso que os nossos militantes percebam a importância da construção do PT como uma necessidade estratégica da revolução. O CR entende que a revolução socialista em países como o Brasil será extremamente improvável caso não existam organizações políticas de massa, de conteúdo revolucionário e socialista.

C. Captar o real significado do PT - é preciso entender que o PT vem cumprindo, desde a sua fundação, um papel altamente positivo para o desenvolvimento da luta de classes no Brasil. Seus erros e vacilações são politicamente secundários frente à trajetória combativa e de sentido anti-capitalista que ele vem construindo. Atualmente, o PT vem afirmando, a nível nacional, sua importância política desenvolvendo pela esquerda sua elaboração tática. Este processo pode ser observado na iniciativa do lançamento da campanha pelas diretas, na propostas de formação de um movimento de massas de oposição extrema ao governo sarney e na elaboração da proposta do PT para a Constituinte.

D. Avaliar corretamente a potencialidade de uma intervenção de esquerda no PT - é preciso que nossos militantes percebam que a hegemonia do PT (até pouco tempo identificada como "Articulação 113") encontra-se em crise. Que esta hegemonia não está cristalizada. Que existe um espaço real de disputa política aberto à esquerda e que, a depender da nossa intervenção, é possível consolidar e ampliar sensivelmente os espaços já conquistados pelo PRC. Ao mesmo tempo, é preciso estar atento para as diferenciações políticas presentes entre os próprios setores hegemônicos do PT. Considerar esta hegemonia como "social-democrata", por exemplo, só manifesta desconhecimento das posições existentes no PT e desconhecimento sobre o próprio significado da política social-democrata.

As concepções tipicamente social-democratas presentes no PT - e representadas por exemplo nas posições de um Francisco Weffort - encontram um espaço reduzido para o seu ~~desen~~ desen -

volvimento. Isto ocorre, basicamente, por doismotivos: a influência real da base petista - radicalizada - sobre a direção e a inexistên-  
cia de uma base social no Brasil - do tipo "aristocracia operária"-  
necessária ao fortalecimento do projeto social-democrata.

E. A disputa da Hegemonia no capitalismo contem-  
porâneo - é importante que os militantes do P. considerem as enormes  
exigências colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo para a dis-  
puta da hegemonia. O PRC não pode alimentar a ilusão de que seja  
possível disputar a hegemonia sobre o próprio movimento operário e  
popular de forma independente, em uma relação direta partido-massa.  
Pelo contrário, será preciso que o P. desenvolva uma complexa rede  
de mediações políticas - partido de massas, central sindical, enti-  
dades, comitês, revistas, jornais, mandatos, etc - se quiser falar  
seriamente em disputar a hegemonia do movimento operário e popular.  
Ao mesmo tempo o PRC não abre mão de aparecer publicamente com seus  
porta-vozes e manifestos. Este tipo de intervenção política é muito  
importante, sobretudo quando dirigida á politização e conscientiza-  
ção dos ativistas mais avançados do movimento. É preciso qualificar  
esta intervenção do PRC, não banalizando-a.

## II. Sobre a intervenção imediata dos nossos militantes no PT

A resolução do CC possui dois momentos da maior  
importância: a política de lutar para que o PT assuma idéias revolu-  
cionárias e socialistas e a proposta de uma política de alianças  
não estruturada na pressuposição de blocos fixos à esquerda e à di-  
reita.

A. O 1º momento nos oferece uma referência polí-  
tica geral capaz de permitir uma postura ofensiva de nossos militan-  
tes na definição de nosso projeto de PT.

B. O 2º momento é justificado, basicamente, por  
duas alterações políticas verificadas entre as forças do PT. De um  
lado, a desarticulação do "113" e as disputas entre seus vários a-  
grupamentos: "sindicalistas", "igreja", etc, e de outro, a inflexão  
à direita da ORM-DS que se pretende legalizar como corrente do PT,  
que vem compactuando com a política equivocada do PT para a atuação  
parlamentar - moralização, transparência do legislativo, etc - que a  
nível nacional tem vacilado na defesa de posições mais à esquerda e  
que no RS vacila na conduta frente ao governo Simon.

Por isso, nossas alianças no PT devem procurar a formação de um campo á esquerda, sem, entretanto, partir da idéia da existência de um bloco rígido com nítidos contornos políticos entre as organizações de esquerda.

Em determinados momentos poderá ser necessário, inclusive, compor com setores da igreja ou do 113 para garantir o fortalecimento de posições à esquerda.

C. Importa, imediatamente, que os militantes do PRC "puxem" o PT para a aplicação das resoluções do Diretório Nacional e para a divulgação do projeto de constituição aprovado por esta instância. Que assumam uma ofensiva política interna visando a construção do PT com estas políticas.

TÁTICA ELEITORAL (interna)

Em virtude de algumas alterações na situação política nacional, e, sobretudo, na correlação interna das forças do PT, faz-se necessário o CR rever este tema de tática eleitoral; alterar alguns aspectos da resolução de dezembro/janeiro e avançar em outros que não foram suficientemente aprofundados.

A situação nacional marca um processo rápido de desgaste do governo e oferece ao PT possibilidades concretas de avanço nesta conjuntura pré-eleitoral. O PRC deve objetivar o fortalecimento do PT como política mais geral a ser realizada em sua tática eleitoral. Desta forma o P. participará e buscará influir na escolha dos melhores e mais capacitados candidatos do PT, mesmo que isto não traga imediatamente dividendos políticos para o PRC, superando nossa ausência em discussões deste tipo, quando o interesse direto do P. não está em questão. A apresentação do PT em 88 com um rol de candidatos, tanto majoritários como proporcionais, preparados politicamente compõem os interesses da tática do P.

Por outro lado, nossa tática eleitoral, a par das alterações na política de alianças já expressa, buscará a composição pela esquerda na definição das candidaturas em 88, constituindo referências políticas avançadas no interior do processo eleitoral. Isso implica em que o P. deve avaliar em cada cidade a possibilidade, inclusive, de apoiar candidatos que não sejam do P., mas que tenham um perfil de esquerda e melhores possibilidades eleitorais. As candidaturas que apoiaremos não podem se justificar tão somente por serem de camaradas. Além de pré-requisitos mínimos, como capacidade política e firmeza ideológica, tais candidaturas devem ter a possibilidade de aglutinar um campo político necessariamente mais amplo do que o P. Isto é um elemento decisivo na luta contra o isolamento dentro do PT.

No caso da capital o CR determina uma alteração completa da tática. A resolução de janeiro subordinava o lançamento do candidato apoiado pelo P. nas eleições passadas, agora para concorrer à prefeitura, à composição de um bloco de esquerda integrado principalmente pela DS. Como já foi assinalado acima, a mudança nas

desta Organização dificultam e poderão inviabilizar tal composição. Diante da nova situação criada, o P. se vê entre duas alternativas: ou desiste da candidatura do constituinte à Prefeitura, ou lança ' desde logo este candidato para a disputa interna do PT. A primeira opção teria um evidente prejuízo para o P., que ficaria fora destas disputas e deixaria de acumular para a principal referência política do nosso campo político.

Destá forma o CR opta por lançar a referida candidatura no bojo do processo de convenções dos próximos meses. Paralelamente buscaremos compor um amplo campo de apoio dentro e fora ' do PT para que a candidatura acumule desde agora até a convenção final. ( aqui é preciso frisar que nenhum militante do P. está autorizado a lançar esta candidatura fora do PT).

É necessário ainda referir que a mudança das atitudes da DS, e a decisão do lançamento da candidatura, não podem, em hipótese alguma, conduzir o P. para uma atuação estreita e sectária dentro do PT. Nada seria mais desastroso. As próprias bases da DS devem ser disputadas e a constituição de uma candidatura necessariamente ampla é um bom momento para isto.

No que se refere ao interior do estado, permanecem, no geral, as orientações da resolução de janeiro. Ao que tudo indica, poderemos eleger um grande número de vereadores sob influência do P. com excelentes repercussões para nossa política. Ganha especial destaque a disputa em uma das cidades do interior onde temos uma forte influência no PT; uma vez que o desempenho do PT nesta cidade está diretamente identificado com o P.

A partir desta resolução, o CR baixa em anexo ' as regiões prioritárias de disputa, onde o P. pode eleger candidatos e deverá concentrar seus esforços.

Por último o CR alerta o coletivo para o fato ' de que esta resolução não poderá ser implementada sem que o conjunto do P. supere as limitações ainda presentes nas nossas relações com o PT e entenda que a viabilização desta tática passa fundamentalmente pela intervenção articulada do P. nas convenções municipais, que se desenvolverão brevemente, buscando ampliar legitimamente nossa ' influência.

SOBRE O MANDATO POPULAR (interna)

A eleição de um deputado que mantém com o P. relações políticas profundas, impõe-nos a necessidade de conceber um plano para o mandato, que o transforme num instrumento eficaz da nossa política em todos os seus aspectos, dentro da já compreendida natureza tripartite. Destes, o que se destaca, pela importância estratégica na construção partidária, é a tática adotada pelo CR, que ' trata da disputa eleitoral em 88.

A consecução dos objetivos táticos visados, está na dependência direta da ampliação da nossa influência política dentro do PT da região metropolitana. Não se entenda aqui esta ampliação como apenas numérica. A postura que o P. vem adotando em relação à militância no PT deve ser alvo da nossa crítica. É preciso, desde já, iniciarmos uma disputa política em todas as instâncias do PT, buscando dotar-lhe de uma combatividade cada vez maior, de um matiz cada vez mais radical no enfrentamento com a transição conservadora.

Apenas se nós conseguirmos realizar este movimento para dentro do PT, é que estaremos abrindo caminho para a implementação da nossa tática. Registre-se que estaremos apenas abrindo caminho, pois os obstáculos de natureza política são imensos. A situação atual do PT permite-nos supor que teremos que enfrentar uma prolongada disputa por influências, disputa esta que não devemos excluir do próprio campo da esquerda. Com esta expectativa, ganha ' importância maior a necessidade de jogarmos todo o peso da nossa militância para o interior do PT.

O Mandato adquire, nesta ótica, uma função transcendente. O Mandato é o espelho do P., é a nossa imagem pública mais ampla. Se o Mandato não tiver um bom desempenho, nossa política enfraquecer-se-á no PT.

Como decorrência desta análise, temos que estabelecer a atividade ligada ao Mandato, submetida à lógica tática do CR, como um dos principais instrumentos desta política. Na atual fase da transição conservadora e de impasse entre a radicalidade das lutas econômicas "selvagens" e a ausência de posições revolucionárias que hegemonizem este movimento, o modo de "fazer" política da ' burguesia, com o apelo ao "bom senso" e á "civilidade", tem grande

força de atração. Combater o risco de adesão á esta política burguesa é essencial para a firmação do nosso perfil.

Neste sentido, a política que defenderemos para o Mandato deve ser a que o movimento, desde já, para tres objetivos: o primeiro deve consolidar uma relação permanente e concreta com o movimento de massas; o segundo deve canalizar toda a base de influência no movimento, para o PT, interferindo decidida e permanentemente na sua direção; terceiro, deve criar um espectro político de alianças, em torno do mandato com base em ativistas independentes, líderes comunitários, sindicalistas, estudantes, independentemente do relacionamento destes com o PRC.

O Mandato, principalmente através da influência do deputado, deve reforçar, no movimento, as nossas posições. Esta atividade compreende uma intervenção junto aos elementos mais avançados, estabelecendo com eles discussões visando alianças favoráveis à nossa política, e a organização do P. mediante recrutamentos. Assim, ao mesmo tempo que consolidamos o deputado por nós apoiado como uma referência política avançada, devemos determinar como atividade fundamental a construção do P., como momento orgânico irrenunciável para a disputa política interna ao PT e no movimento.

Para conferir eficácia a esta política junto ao movimento de massas, a nossa ação deve perseguir sempre um perfil de radicalidade para o Mandato. Esta radicalidade não significa violência verbal (que às vezes é necessária, outras não), mas significa abordar sempre os problemas a partir da ótica operária e popular, demarcando com o "generalismo" das opiniões liberais e com a conciliação com a Nova República.

Este perfil se sustenta em três eixos básicos: o 1º é o de enfrentamento com o governo Sarney, Simon e partidos de sustentação da AD; o 2º é o de denúncia e desmascaramento da transição consevadora da NR e o 3º é o de defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores com a presença do Mandato nas lutas do cotidiano do movimento de massas.

Para potencializar a intervenção, evitando a dispersão, o Mandato deve eleger categorias e regiões, hierarquizando sua atividade.

Quanto ás regiões, fica evidente, não só pela nossa tática para as eleições de 88, como pelo centro político do